



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Mais do que apresentar a solidez do Grupo CCR, este relatório reforça o compromisso do Grupo CCR com a geração de valor para seus acionistas e investidores e com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil.

CCR. É POR AQUI QUE A GENTE CHEGA LÁ.

É POR AQUI QUE A CCR CHEGA LÁ



Concessão de Rodovias Mobilidade Urbana Serviços Aeroportos



CNPJ: 02.846.056/0001-97

Relatório da Administração

1. Aos acionistas

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2012 no valor de R\$ 953.417 mil, correspondente a R\$ 0,54 por ação, termos como resultado em *payout* de 89,54%, referente ao exercício fiscal de 2012.

2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR ou Companhia) é a *holding* do Grupo CCR e seu objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos. A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR atualmente detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social das seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste), Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), Companhia de Participações em Concessões (CPC), Actua Assessoria S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias México S.A. de R.L. de C.V. (CCR México), Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Sammy) e CPSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (España) - Concessões y Participaciones, S.L., (CCR España) e da MTH - *Hosteier En Maritimen Transport B.V.* (MTH).

Definem ainda, diretamente ou indiretamente, 98,5714% da Concessionária do Rodaneal Oeste S.A. (RodAnel Oeste), 85,92% da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte) e da Parques Serviços Ltda. (Parques), 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), 33,33% da Concessionária Transolímpica S.A. (Transolímpica), 36,25% da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), 40% da Renovias Concessionárias S.A. (Renovias), 45% da Controlar S.A. (Controlar) e 80% das Barcas S.A. - Transportes Marítimos (Barcas). No setor aeroportuário, detém, indiretamente, aproximadamente 45,49% da Corporación Quiport S.A. (Quiport), operadora do Aeroporto Internacional do Quito, no Equador, 48,75% da Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris), operadora do Aeroporto Internacional de San José, na Costa Rica, e 40,80% da Curaçao Airports Partners N.V. (CAP), operadora do Aeroporto Internacional de Curaçao.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias, relacionadas à mobilidade e conveniência urbanas e aeroportuárias.

3. Mercado

Em novembro de 2009, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, dentre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento para a Companhia por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional, a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP), que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação. O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias, sendo 211.680 km pavimentados, e 15.458,32 km atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o Governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com critério de julgamento de menor valor de tarifa de pedágio. Em março de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou o trecho oeste do Rodaneal Mário Covas, mediante concessão onerosa, para interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. O Rodaneal Oeste, concessionária controlada pela CCR, passou a explorar esse trecho em junho 2008.

Em outubro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.800 km. O leilão foi promovido pela Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), e o critério de julgamento foi o menor valor da tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o Governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de sistema rodoviário, composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), realizou licitação visando: (i) a outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodaneal Mário Covas e (ii) a construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodaneal. O critério de julgamento da licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUIAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Edelberto Góes, promoveu a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e rotas de acesso ao Porto de SUIAPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

Em 30 de setembro de 2011, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União, a minuta dos editais dos três aeroportos internacionais a serem concedidos à iniciativa privada (Brasília, Guarulhos e Viracopos). Os três aeroportos, leiloados em fevereiro de 2012, operam atualmente 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.

Também em setembro de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou edital para a concessão da Transolímpica (a) e de concessão de rodovias para a Olimpíada de 2016. A licitação teve como objeto a concessão da construção e operação de uma via expressa, numa extensão de 13 km, na cidade do Rio de Janeiro, por um prazo de 35 anos, incluindo a sua implantação, conservação, manutenção e operação. A Transolímpica será uma pista expressa ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro que, além de ser uma importante via de ligação entre a zona norte e a zona oeste, tem também como finalidade, unir dois Pólos Olímpicos, um em Deodoro e outro na Barra da Tijuca. Esta via expressa é constituída por três pistas por sentido, sendo que a pista central (ambos sentidos) será destinada ao BRT - *Bus Rapid Transit*, meio de transporte de massa que a Prefeitura do Rio de Janeiro está implementando e que deverá ser utilizada específica. A concessionária Transolímpica, da qual a CCR detém 33,33%, venceu a licitação em 19 de abril de 2012.

Em 18 de janeiro de 2012, o Governo Federal realizou o leilão da rodovia BR-101, que liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, como parte da terceira etapa do programa de concessões de rodovias federais. Este projeto de concessão consiste na recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR-101/Espírito Santo/Bahia, no trecho entre o entrocamento com a BA-696, no acesso ao município de Mucuri (Bahia) e a divisa do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela Concessionária AutoPista Fluminense S.A., com uma extensão de 475,9 km.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ mil	2012	2011
Receita bruta.....	6.268.997	5.599.287
Receita de pedágio.....	5.060.150	4.631.848
Receita de concessões (ICPC 01 R1).....	570.992	556.724
Outras receitas.....	637.855	410.715
(-) Deduções da receita bruta.....	501.299	464.991
Receita líquida.....	5.767.698	5.134.296
(-) Custos totais (a).....	3.270.262	2.857.277
Custos de construção (ICPC 01 R1).....	570.992	556.724
Demais custos.....	2.699.270	2.300.553
EBIT (b).....	2.497.436	2.277.019
Margem EBIT.....	43,3%	44,3%
Margem EBIT ajustada (c).....	49,7%	48,1%
(+) Depreciação/amortização.....	540.262	434.884
EBITDA (b).....	3.037.698	2.711.903
Margem EBITDA.....	52,7%	52,8%
(d) Provisão de contingências.....	152.053	139.080
(e) Despesas antecipadas ao resultado (e).....	82.032	82.779
EBITDA ajustado.....	3.271.783	2.933.762
Margem EBITDA ajustada (f).....	64,1%	64,0%
(-) Resultado financeiro líquido.....	671.108	922.738
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social.....	633.955	443.512
Participação dos acionistas não controladores.....	15.089	19.397
Lucro líquido.....	1.177.284	899.372
Divida bruta.....	8.154.414	6.947.875
Investimentos.....	863.934	658.609
Veículos equivalentes (em milhares).....	990.363	962.374
(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.		
(b) O Cálculo de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.		
(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.		
(d) A provisão de manutenção se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Práticas contábeis contábeis (Item I) e 25 - Provisão de manutenção - Consolidado.		
(e) Refere-se à aprovação do resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 12 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado.		
(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.		

Recapitulando a receita operacional consolidada
A receita de pedágio em 2012 representou 80,7% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 2,9%. Além disso, a tarifa média apresentou um aumento de 6,2%, devido aos reajustes contratuais acordados durante o ano de 2012.

Custos totais
Os custos totais apresentaram um aumento de 14,5% em relação a 2011, perfazendo R\$ 3.270.262 mil no ano de 2012. Os principais motivos dessas variações são indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 570.992 mil. O aumento de 2,6% decorreu principalmente do maior investimento em melhorias (*upgrade*), equipamentos e outros realizados nas concessionárias AutoBAn, SPVias e RodoNorte.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 152.053 mil e apresentou um aumento de 9,3% em relação ao ano de 2011. Durante o exercício de 2012, foram realizados diversos aprimoramentos na revisão das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 540.262 mil no ano de 2012. O crescimento de 24,2% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, bem como do incremento previsto do tráfego no período.

O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 361.672 mil. O aumento de 4,8% deveu-se à parcela variável da outorga, que é resultado do crescimento da receita bruta e à parcela fixa que foi reajustada em julho de 2012 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste, Renovias e SPVias.

O custo de serviços totalizou R\$ 667.579 mil, no ano de 2012, um aumento de 12,7%. Esse resultado decorre, principalmente, da aquisição dos novos negócios em 2012 (participações acionárias indiretas e diretas, respectivamente, nas Barcas, Aeroportos Internacionais de Quito, de San Jose e de Curaçao e Transolímpica). Além disso, houve contratação de serviços de consultoria para diversos projetos de desenvolvimento empresarial.

O custo operacional pessoal atingiu R\$ 566.977 mil no ano de 2012, registrando aumento de 16,1%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,0%, ocorrido em março/12, bem como adição dos novos negócios suagrificados.

Os outros custos (seguros, alugueis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram aumento de 36,4% e atingiram R\$ 410.727 mil no ano de 2012. A variação ocorreu, principalmente devido à aquisição de novos negócios, além de gastos não-recorrentes ocorridos no 3T12.

Resultado financeiro
No período de 2012, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 671.108 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 922.738 mil em 2011. Essa melhora deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, resultado da queda da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) no período.

Lucro líquido
Em 2012, o lucro líquido foi de R\$ 1.177.284 mil, apresentando um aumento de 30,9% em relação a 2011. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional e financeiro.

Divida
Em 2012, a divida bruta consolidada cresceu 17,4% em relação ao ano de 2011. Do total da divida, o montante denominado em moeda local representava, em 2012, 87,9% e o montante da divida com vencimento em longo prazo representava 69,1%, comparado a 94,0% e 72,9%, respectivamente, no ano de 2011. O crescimento da divida deveu-se, principalmente, à aquisição das participações indiretas dos Aeroportos Internacionais de Quito, San José e Curaçao entre maio e outubro de 2012 realizando a 1ª emissão de Notas Promissórias da CCR no valor de R\$ 400 milhões na data de emissão, além da incorporação da divida desses ativos, das Barcas e emissões da Samm.

Investimentos
No acumulado do ano de 2012, os investimentos somaram R\$ 863.934 mil. As concessionárias que mais investiram foram NovaDutra, AutoBAn e SPVias, além da Samm, representando respectivamente, 21,4%, 19,9%, 8,4% e 9,2% do total. A NovaDutra investiu, principalmente, na construção de vias marginais em São Paulo nos km 151 ao km 154 e Rio de Janeiro dos km 170 ao km 176, além da recuperação, reforço e alargamento de diversas pontes e viadutos. Os investimentos da AutoBAn concentraram-se no complexo Anhangüera, com a construção de marginais na região de Sumaré e Nova Odessa, além da adaptação de 3ª faixa dos km 18 ao km 25, 62 e 71 e 120 ao 128. Na SPVias, destacou-se o investimento na duplicação da SP-270 dos km 115 ao 158. A Samm investiu, essencialmente, em fibra ótica subterrânea e acesso ótico urbano.

Diversões e propostas

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2012 no valor de R\$ 953.417 mil, correspondente a R\$ 0,54 por ação, termos como resultado em *payout* de 89,54%, referente ao exercício fiscal de 2012.

5. Destaques do ano de 2012

Em 16 de janeiro de 2012, realizada Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE), na qual foram aprovados: (i) o complemento do objeto social da Companhia, relativamente à exploração de infraestrutura aeroportuária; e (ii) a aquisição da totalidade das participações acionárias do Grupo Andrade Gutierrez nos projetos relacionados aos Aeroportos Internacionais de Quito, no Equador e San Jose, na Costa Rica, e do Grupo Camargo Corrêa, no projeto relacionado ao Aeroporto Internacional de Curaçao. Os acionistas vendedores (Grupo Andrade Gutierrez e Grupo Camargo Corrêa), absteram-se de votar na referida AGE, em relação à aquisição das referidas participações.

Em 25 de março de 2012, 1ª emissão de notas promissórias pela CCR, no valor total no período de R\$ 400 milhões.

Em 19 de abril de 2012, Resultado da concorrência que teve como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa de concessão da outorga dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica, sagrando-se vencedor o Consórcio Rio Olímpico (Consórcio), formado pela CCR (33,33%), Investimentos e Participações em Infraestruturas S.A. - Invepar (33,34%) e Odebrecht TransPort Participações S.A. (33,33%). O Consórcio ofereceu o maior valor a título de pagamento de outorga, no montante de R\$ 57.970 mil. O respectivo Contrato de Concessão foi assinado pela Concessionária Transolímpica S.A. (constituída pela Companhia, Invepar e OTP nos mesmos percentuais de participação do Consórcio) em 26 de abril de 2012.

Em 25 de maio de 2012, Conclusão financeira da aquisição de participação, pela controlada CPC, da totalidade da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AG) nas sociedades AG Concessões y Participaciones S.L., AG Concessions Inc., AG Participations Inc. e o direito de aquisição de ações e voto na FTZ Development S.A., sendo tais sociedades integrantes do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito, no Equador, detentoras de 45,5% do capital social do referido aeroporto. A aquisição foi objeto do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrado em 26 de março de 2012 entre a CPC e a AG, tendo a CCR como interveniente-garantidora. O investimento foi de US\$ 140.000 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R\$ 265.236 mil - data-base de 25 de maio de 2012.

Em 02 de julho de 2012, Conclusão financeira da aquisição, pela controlada CPC, de 80% do capital social da BARCAS. A celebração do contrato de compra e venda de ações e outras avenças foi divulgada pela Companhia em 04 de abril de 2012, mediante Fato Relevante. O investimento foi de R\$ 72.000 mil - data-base de janeiro de 2011.

Em 10 de setembro de 2012, Conclusão financeira da aquisição, pelas controladas CPC e CCR España, da totalidade da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela AG nas sociedades AGC Holding S.A. e AGC Airports Inc., respectivamente, sendo tais sociedades integrantes do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica, detentoras de 48,75% do capital social da concessionária desse aeroporto. As aquisições foram objeto dos Instrumentos Particulares de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrados em 2 de abril de 2012, entre a CPC e a CCR España com a AG, tendo a CCR como interveniente-garantidora. O investimento foi de US\$ 50.000 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R\$101.696 mil - data-base de 10 de setembro de 2012.

Em 22 de outubro de 2012, Conclusão financeira da aquisição, pela controlada CCR España, da totalidade da participação societária detida diretamente pela Camargo Corrêa Investimentos em Infraestruturas S.A. (CII) na sociedade A-Port S.A. (hoje, denominada Companhia de Participações Aeroportuárias - CPA), correspondente a 80% do capital social desta. Mediante a conclusão do contrato, a CPA é uma sociedade integrante do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Curaçao. Em decorrência da referida aquisição, a CCR España passou a deter indiretamente 40,8% do capital social do referido aeroporto. A aquisição foi objeto do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrado em 18 de julho de 2012, entre a CCR España e a CCI, sendo a CCR interveniente-garantidora do referido contrato. O investimento foi de R\$ US\$ 24.500 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R\$ 49.720 mil - data-base de 22 de outubro de 2012.

Dividendos
No dia 13 de abril de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram, em AGO, a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2011, proposta pela diretoria da Companhia, no valor de R\$ 100.775 mil, correspondentes a R\$ 0,0570773 por ação, distribuídos a partir do dia 27 de abril do referido exercício.

A partir de 31 de outubro de 2012, a CCR iniciou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2012, no valor de R\$ 953.417 mil, equivalente a R\$ 0,54 por ação ordinária, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2012, a ser ratificada na AGO de 2013.

Eventos relevantes ao mercado
No dia 19 de outubro de 2012, a CCR realizou o 8º CCR Day.

6. Responsabilidade corporativa

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, a CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para acionistas e para toda sociedade.

O Grupo CCR adota princípios de boa governança, estratégia e sustentabilidade. A sustentabilidade tem a responsabilidade social e é considerado uma referência no mercado. A Companhia foi a primeira a ingressar no Novo Mercado, segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

O modelo de governança da companhia foi desenhado para promover equilíbrio e igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Todas as decisões são colegiadas, com a participação do Conselho de Administração, dos comitês de gestão e da diretoria executiva. Esse formato permitiu que a Diretoria e os membros do Conselho estejam em total consonância nas decisões tomadas. Dentre os seis comitês de gestão que integram o Conselho de Administração, o comitê de Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e no plano de negócios.

Em 2012, a estratégia da CCR consistiu em maximizar a rentabilidade de seu portfólio de negócios e desenvolver oportunidades em novas atividades relacionadas ao seu *core business*.

Uma vez definidas as diretrizes estratégicas pelo Conselho de Administração, os principais executivos das unidades de negócio do Grupo trabalham na definição de suas metas e objetivos estratégicos.

Desde 2010, as metas definidas pelas unidades do Grupo estão focadas em tratar seus principais externalidades: Segurança viária; conservação de recursos, consumo de água e energia, emissões de gases de efeito estufa e resíduos sólidos. Estas externalidades representam as responsabilidades mais relevantes e as oportunidades prioritárias de caráter socioambiental para a CCR.

A CCR entende a responsabilidade social corporativa como um dos seus princípios de governança prioritários e desenvolve iniciativas que buscam tratar as externalidades negativas, buscando gerar capital financeiro, capital social, capital humano e capital natural.

Capital Financeiro: redução de custos e geração de receita.
Capital Social: desenvolvimento local: inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte.
Capital Humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal.

Capital Natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais.
Além de tratar as externalidades no dia a dia de suas operações e nos processos decisórios, a CCR desenvolve e apoia diversos projetos de geração de valor para os diferentes capitais, como o projeto Sacolona, Programa Estrada para a Cidadania e Estrada para a Saúde.

No que se refere ao Capital Natural, o projeto Sacolona, por exemplo, tem por objetivo reaproveitar todo o material produzido em campanhas educativas das concessionárias do Grupo CCR. Ions que seriam para o aterro, transformando-as em bolsas, estojos escolares, sacolas, entre outros produtos. Criado em 2008, o projeto oferece capacitação e oportunidade de geração de renda para milhares de baixa condição financeira, gerando Capital Social. Para que o programa seja desenvolvido, a CCR conta com o envolvimento de seus colaboradores como também com o apoio e capacitação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), gerando Capital Humano.

Uma vez criadas as cooperativas de mulheres, o SEBRAE oferece treinamentos e formalização às costureiras. Todo o material produzido é vendido e a receita dividida entre as participantes do projeto, resultando em Capital Financeiro. A iniciativa contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, visto que viabiliza um aumento da renda para as comunidades lideiras, bem como apoia a gestão ambiental dos resíduos do Grupo CCR.

O programa Estrada para a Cidadania envolve as rodovias sob concessão da CCR e tem como finalidade disseminar informações sobre segurança viária, meio ambiente e cidadania entre professores e alunos dos 4º e 5º anos das redes públicas de ensino fundamental, nas cidades de atuação das concessionárias do Grupo CCR, gerando tanto Capital Humano quanto Social. Desde a sua criação, em 2002, mais de 1 milhão de crianças foram beneficiadas pelo programa.

Já o Programa Estrada para a Saúde, possui foco na segurança viária, uma das mais importantes externalidades da CCR. É focado na melhoria da qualidade de vida dos motoristas de caminhão que cruzam as rodovias sob concessão, melhorando o Capital Social e Humano. Os serviços são oferecidos em unidades móveis, postos de serviços e em centros de atendimento localizados nas áreas de descanso dos caminhoneiros. Nesses locais, os motoristas podem realizar exames médicos, tratamento odontológico, avaliação de risco cardíaco, exames de colesterol e pressão arterial, avaliações de estresse e orientação para melhores hábitos de vida.

Deste programa, participam as unidades NovaDutra, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste, e RodAnel Oeste. Juntas, as concessionárias atendem mais de 10 usuários por sua vez, criando um ambiente que viabiliza um aumento da renda para os participantes. Todos os projetos desenvolvidos pela CCR estão alinhados com sua estratégia e contribuem para a geração dos capitais humano, social e natural dos seus *stakeholders* prioritários. Para mais informações, leia também o Relatório Anual e de Sustentabilidade da CCR, no site www.grupoccr.com.br/sustentabilidade. Veja abaixo alguns exemplos de projetos apoiados pelo Grupo CCR e suas contribuições para o desenvolvimento dos capitais humano, ambiental e social:

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural	Capital Ambiental
Sonho de Natal	Apoio pela NovaDutra, o projeto, que está em seu sexto ano de realização, oferece gratuitamente cursos de qualificação e educação profissional no setor de confecção de enfeites de decoração natalina com garrafas PET, metal e materiais recicláveis no geral. Após a realização das oficinas, a cidade de Barra Mansa (RJ) é decorada com os enfeites de natal produzidos pelo projeto.	x	x	x	
Verdescola	Com o apoio do Grupo CCR, o projeto Verdescola promove ações de educação ambiental na Praça Victor Civita, referência em recuperação de áreas públicas degradadas na cidade de São Paulo. O foco são as crianças, que conhecem as tecnologias ambientais utilizadas na revitalização do espaço e participam de oficinas de reaproveitamento de materiais.	x	x	x	
Na mão certa	Programa articulado pela Childhood Brasil, vinculada ao World Childhood Fund, e pelo Instituto Étnos de Empresas e Responsabilidade Social, o programa busca combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Como integrante, a CCR contribui de forma ativa para o combate desse crime nos municípios e regiões influenciadas por suas rodovias, oferecendo orientação aos caminhoneiros nos postos de descanso, no intuito de torná-los agentes de combate à exploração sexual infanto-juvenil.	x	x		
Música nas Escolas	O projeto abrange todas as escolas da rede municipal de ensino de Barra Mansa, no sul fluminense, com aulas de músicas do ensino infantil até o nono ano do ensino fundamental.	x	x		
Parto Humanizado	O objetivo do programa é auxiliar três municípios da área de atuação da RodoNorte na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para tanto, a concessionária motiva as gestantes para a realização do exame pré-natal, com a entrega de exoval de bebê a todas que comprovarem a realização de no mínimo seis consultas do exame na rede pública de saúde. O programa é realizado em parceria com as Prefeituras Municipais de Ponta Grossa e Tibagi, nessas cidades, a Pastoral da Criança e com a ONG Raio de Sol em Apucarana.	x	x		
Projeto Guri	Projeto patrocinado pela AutoBAn e realizado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri, tem a missão de promover a inclusão sociocultural por meio do ensino musical. Oferece, gratuitamente, aulas de música e coral para crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos, dos municípios de Jundiá, Campinas, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Cordeirópolis.	x	x		
Zero Alcool	Lançado no início de 2008, o Programa Zero Alcool, por meio de fiscalização e ações educativas, visa à mudança de comportamento dos motoristas e à redução do número de acidentes ao longo das rodovias. A ingestão de bebidas alcoólicas é uma causa crítica de ocorrência de acidentes com mortes nas estradas.	x	x		
Cozinha Brasil	A Ponte, em parceria como Serviço Social da Indústria (SESI), promove o Programa Cozinha Brasil, curso gratuito que tem como objetivo ensinar técnicas de aproveitamento integral dos alimentos. Os participantes aprendem a preparar receitas nutritivas e de baixo custo, e recebem dicas de educação alimentar.	x	x		
Qualificação profissional	Iniciativa social da Concessionária ViaLagos que tem o objetivo de aumentar a qualidade de vida e o desenvolvimento profissional de jovens em situação de risco social e moradores da região de influência da rodovia. Os jovens adquirem conhecimentos de informática, manutenção e montagem de computadores e atendimento ao cliente, além de orientações para o autoconhecimento, planejamento pessoal, ética e cidadania.	x	x		
Sou Sangue Bom	A campanha é uma iniciativa da RodoNorte, em parceria com a 3ª Regional de Saúde, com o objetivo de aumentar a coleta mensal de sangue na cidade. Todos os meses, funcionários da concessionária fazem a doação.	x	x		
Projeto Basquete	Patrocinado pela CCR AutoBAn, o Projeto Basquete é uma iniciativa do IBK - Instituto Barrichello Kannaan que tem como objetivo a educação de crianças e jovens de 7 a 24 anos por meio do esporte. O projeto oferece aulas de basquete e atividades educacionais.	x	x		
Projeto Graiel	O Projeto Graiel é patrocinado pela Ponte, através da Lei do Esporte. Criado pelos irmãos campeões do taitismo Lars e Torben Grael, o projeto proporciona educação através do esporte, além de qualificação para o mercado de trabalho e orientação em cidadania.	x	x		
Rugby Social	Promovido pelo São José Rugby Clube e a NovaDutra, o projeto utiliza o esporte como ferramenta de educação e promoção social. Destinado a crianças e jovens moradores				

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Ativo	Capital Social	Capital Líquido	Capital Patrimonial
Guardiões da mata	Parceria da AutoBan com a ONG Associação Mata Ciliar, o projeto tem o objetivo de preservação da biodiversidade da região no entorno do Sistema Anhanguera-Bandeirantes. Através desta iniciativa, todo animal silvestre resgatado com vida ao longo das rodovias é encaminhado à ONG para ser reabilitado e reintegrado à natureza.				x
Distribuição de mudas no Dia da Árvore	Em 2012, a CCR NovaDutra em parceria com o SOS Mata Atlântica distribuíram nas praças de pedágios 15.000 mudas em alusão ao Dia da Árvore.				x

7. Gestão de pessoas
A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas, por meio da qual oferece subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2012, já somavam 11.019 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e no Equador, na Costa Rica e em Curaçao.

8. Governança corporativa
Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Governança Corporativa sempre foi um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. No ano de 2012 o montante médio negociado diariamente na BM&FBovespa foi de R\$ 68 milhões.
O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da BM&FBovespa é visto também dentro de casa. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do CEO da Companhia. Isso demonstra o total comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas. Há ainda outros pontos em que a CCR é considerada exemplo mundial. A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não avendo

qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores (quorum especial de 51% em AGO/AGE para determinadas matérias). Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e partes relacionadas. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas.
Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.grupoccr.com.br/investidores.

9. Perspectivas
A CCR continua atuando com a captura de energias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.
A Companhia entende que o crescimento de tráfego nas rodovias que opera deverá, em geral, acompanhar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional, primário e secundário, de concessões rodoviárias, metroviárias, aeroportuárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social.
Com a aproximação de eventos esportivos internacionais, que demandarão do Brasil infraestrutura e um sistema organizado de transporte urbano e rodoviário, também há boas perspectivas de negócios, obras e licitações, como a implantação de metrô, trens e Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Apenas em mobilidade para a Copa de 2014, estão previstos mais de R\$ 11,48 bilhões em investimentos públicos e privados.
Ainda no segmento da mobilidade urbana, os estacionamentos urbanos de grande porte oferecem boas perspectivas. Já operando no setor com a STP (que opera serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), o Grupo CCR acredita na necessidade de soluções não apenas em meios de pagamento automáticos de pedágio e estacionamentos, mas também na logística. Um dos desafios nacionais com o qual a empresa pretende contribuir é oferecer não apenas bons serviços coletivos de mobilidade, mas também disponibilizar ao usuário de transporte individual condições melhores de acesso e aumento de fluidez de tráfego nos locais mais congestionados dos grandes centros urbanos.
O Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, estima que seus atuais programas de Concessões somem

investimentos de R\$ 222,1 bilhões, excluindo o setor de energia, compostos da seguinte forma: (i) R\$ 34,9 bilhões no setor aeroportuário; (ii) R\$ 91,0 bilhões no setor ferroviário; (iii) R\$ 42,0 bilhões no setor de rodovias; e (iv) 54,2 bilhões no setor portuário.

10. Agradecimentos
Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR.

11. Considerações finais
Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.
As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

12. Cláusula Compromissória
A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

13. Declaração da diretoria
Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

A Administração.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/12	31/12/11	1º/01/2011	31/12/12	31/12/11	1º/01/2011			31/12/12	31/12/11	1º/01/2011	31/12/12	31/12/11	1º/01/2011
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	8	243.868	363.973	790.360	872.491	763.331	1.178.669	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	19	154	351	305	492.759	128.946	418.630
Conta reserva	31	-	-	-	9.765	4	3	Debêntures e notas promissórias	20	481.943	61.893	63.064	2.026.988	1.753.524	1.427.009
Contas a receber	9	-	-	-	279.843	240.865	184.735	Contas a pagar com operações de derivativos	29	-	-	2.057	326	217	54.673
Contas a receber - partes relacionadas	14 (a) e (b)	12.162	13.591	8.082	167.230	163.199	126.909	Fornecedores	22a	3.687	4.460	2.212	365.314	335.064	318.885
Dividendos e juros sobre o capital próprio		517	3.240	-	614	612	5.692	Impostos e contribuições a recolher	22b	1.065	1.898	1.433	284.110	122.163	125.338
Impostos a recuperar	10	47.437	23.164	35.645	71.476	39.970	84.947	Impostos e contribuições parcelados	22b	37	35	14	50.394	46.830	44.134
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	12	-	-	-	82.126	82.873	82.779	Obrigações sociais e trabalhistas	14 (a) e (b)	31.556	23.056	18.918	139.538	95.248	80.918
Contas a receber com operações de derivativos	29	14.456	6.584	700	48.441	20.503	700	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	14 (a) e (b)	1.586	4.259	7.102	40.953	37.990	40.571
Despesas antecipadas e outras	13	2.432	2.357	4.226	71.698	43.185	39.847	Mútuos - partes relacionadas	14b	-	-	-	30.858	-	58
Total do ativo circulante		320.872	412.909	839.013	1.603.684	1.354.542	1.704.281	Plano de incentivo - partes relacionadas	21	14.976	6.736	9.211	14.976	6.736	9.211
								Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	257	124	23	257	124	4.293
								Provisão de manutenção	25	-	-	-	147.912	222.821	283.567
								Obrigações com o poder concedente	32	-	-	-	48.368	30.433	143.407
								Outras contas a pagar	18	715	86	109	100.938	92.112	82.245
								Total do passivo circulante		535.976	102.898	104.448	3.743.691	2.872.208	3.032.939
Não circulante								Não circulante							
Realizável a longo prazo								Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	19	-	137	435	923.835	968.238	1.403.583
Conta reserva	31	-	-	-	667	634	1.577	Debêntures e notas promissórias	20	60.141	113.984	1.093.480	4.710.832	4.097.167	3.462.259
Contas a receber	9	-	-	-	19.732	5.491	2.154	Contas a pagar com operações de derivativos	29	-	-	-	1.599	1.005	58.473
Contas a receber - partes relacionadas	14 (a) e (b)	-	-	-	1.725	-	-	Impostos e contribuições a recolher	22a	-	-	-	36.994	15.746	-
Mútuos - partes relacionadas	14 (a) e (b)	685.314	1.039.836	921.832	149.159	30.673	12.987	Obrigações diferidas	22b	31	64	191	450.768	462.402	448.688
Impostos a recuperar	10	134.609	139.355	97.578	135.055	149.838	97.578	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	11b	-	-	-	218.599	168.105	166.162
Impostos diferidos	11b	18.537	21.874	-	440.149	313.721	168.802	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	23	-	-	-	25.713	-	-
Impostos antecipados relacionados à concessão	12	-	-	-	2.568.207	2.515.717	2.474.667	Provisão de manutenção	25	-	-	-	60.750	20.431	21.062
Contas a receber com operações de derivativos	29	8.436	10.398	3.599	13.244	13.186	12.060	Provisão para passivo a descoberto	15	1.827	267.394	63.927	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	14a	10.372	-	-	-	-	-	Obrigações com o poder concedente	32	-	-	-	6.862	29.163	39.009
Despesas antecipadas e outras	13	16	153	153	32.957	17.662	16.721	Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	14 (a) e (b)	1.916	1.916	1.916	1.916	1.916	1.916
Total do ativo não circulante		857.284	1.211.616	1.024.887	3.359.170	3.046.922	2.786.546	Mútuos - partes relacionadas	14 (a) e (b)	-	-	-	162.979	69.554	45.765
								Plano de incentivo - partes relacionadas	21	12.829	10.667	8.775	12.829	10.667	8.775
								Outras contas a pagar	18	900	901	900	376.724	152.633	159.196
								Total do passivo não circulante		77.644	395.063	1.169.624	7.199.803	6.200.450	6.091.392
Investimentos	15	2.750.444	2.099.431	2.558.823	-	-	-	Patrimônio líquido							
Imobilizado	16	13.548	17.940	11.703	560.906	431.073	393.122	Capital social	26a	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342
Intangível	17	31.197	23.690	22.033	8.782.066	7.454.336	7.380.772	Ajuste de avaliação patrimonial	26a	324	(3.028)	(2.901)	324	(3.028)	(2.901)
Total do ativo		3.652.473	3.352.677	3.617.446	12.702.142	10.932.331	10.560.440	Reservas de lucros	26 (b) e (c)	1.256.218	1.144.538	1.059.171	1.205.369	1.082.277	985.502
								Ágio em transação de capital	26g	(22.934)	-	-	(22.934)	-	-
								Dividendo adicional proposto	26d	100.775	100.775	100.775	100.775	100.775	100.775
								Patrimônio líquido dos controladores		3.359.725	3.267.625	3.182.387	3.308.876	3.205.366	3.108.718
								Participações de acionistas não controladores		-	-	-	53.456	8.849	31.672
								Total do patrimônio líquido		3.359.725	3.267.625	3.182.387	3.362.332	3.214.215	3.140.390
								Total do passivo e patrimônio líquido		3.973.345	3.765.586	4.456.459	14.305.826	12.286.873	12.264.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Custos dos serviços prestados	27	136.870	152.442	5.767.698	5.134.296
Custo de construção		-	-	(570.992)	(556.724)
Serviços		(14.216)	(10.071)	(453.840)	(457.401)
Custo da outorga		-	-	(361.672)	(344.975)
Depreciação e amortização	16 e 17	(2.916)	(3.286)	(426.737)	(327.468)
Custo com pessoal		(30.698)	(39.321)	(344.760)	(283.117)
Provisão de manutenção	25	-	-	(152.053)	(139.080)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.259)	(5.680)	(66.007)	(52.909)
Outros		(896)	(1.536)	(149.319)	(120.401)
Lucro bruto		(53.985)	(59.894)	(2.525.380)	(2.282.075)
Despesas operacionais		82.885	92.548	3.242.318	2.852.221
Despesas gerais e administrativas		-	-	-	-
Despesas com pessoal		(80.384)	(72.552)	(222.217)	(205.087)
Serviços		(59.890)	(24.383)	(213.739)	(135.017)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.119)	(1.179)	(16.330)	(14.766)
Depreciação e amortização		(3.921)	(1.580)	(113.525)	(107.416)
Outros		(18.267)	(12.143)	(183.103)	(107.868)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(163.581)	(111.837)	(748.914)	(570.154)
Outras despesas/receitas operacionais		1.157.687	844.816	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		640	295	4.032	(5.048)
Despesas financeiras	28	1.077.631	825.822	2.487.436	2.277.019
Receitas financeiras	28	(43.398)	(184.592)	(936.991)	(1.273.273)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		146.835	236.882	265.883	350.535
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	11a	1.181.068	878.112	1.826.328	1.354.281
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	11a	(11.856)	(12.024)	(669.430)	(586.488)
Lucro líquido do exercício		(3.338)	21.874	35.475	142.976
Atribuível a:		1.165.874	887.962	1.192.373	910.769
Acionistas controladores		1.165.874	887.962	1.177.284	899.372
Acionistas não controladores		-	-	15.089	11.397
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	26f	0,66033	0,50293	0,67534	0,51584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas no exterior					

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício	1.165.874	887.962	1.192.373	910.769					
Ajustes por:									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.338	(21.874)	(61.242)	(142.976)					
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	-	-	82.034	82.779					
Depreciação e amortização	5.940	4.017	456.143	355.711					
Baixa do ativo imobilizado e intangível	434	10	15.507	19.365					
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	897	849	84.119	79.173					
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	47.966	32.231					
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	5.179	11.168					
Juros sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	30.308	153.727	638.173	869.988					
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	7.937	10.680	21.654	32.229					
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(45.561)	(47.286)					
Resultados de operações com derivativos e fair value option	(8.319)	(6.264)	(20.218)	17.683					
Constituição da provisão de manutenção	-	-	152.102	139.080					
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	48.673	70.640					
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	-	(1.272)	(631)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	9.640	7.690					
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	(94.311)	(128.505)	549	4.730					
Juros sobre impostos parcelados	6	-	34.694	55.238					
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	-	-	(3.162)	-					
Equivalência patrimonial	(1.157.687)	(844.816)	-	-					
	(1.211.457)	(832.176)	1.464.978	1.586.812					
Variáveis nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos									
Contas a receber	-	-	(32.057)	(67.157)					
Contas a receber - partes relacionadas	(2.974)	(3.784)	280.659	(36.290)					
Impostos a recuperar	(19.527)	(9.426)	(16.339)	(6.905)					
Dividendos recebidos/a receber	1.269.034	1.532.683	(2)	5.080					
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	(133.777)	(123.923)					
Despesas antecipadas e outras	62	1.869	(16.630)	(4.279)					
Aumento (redução) dos passivos									
Fornecedores	(773)	2.248	14.331	16.179					
Fornecedores - partes relacionadas	7.729	(3.426)	(277.821)	(44.839)					
Obrigações sociais e trabalhistas	8.500	4.138	37.069	14.330					
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(870)	359	774.994	522.056					
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-	-	(654.456)	(549.841)					
Realização da provisão de manutenção	-	-	(269.704)	(343.547)					
Obrigações com o poder concedente	-	-	13.500	47.818					
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	120	-	-	-					
Outras contas a pagar	629	(23)	(3.665)	3.304					
	1.216.347	1.580.424	2.373.453	1.929.567					
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	1.216.347	1.580.424	2.373.453	1.929.567					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viablez soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroriária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBOvespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 2.438,28 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,70 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, Renovias e Transolímpica.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amaréla do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção ambiental veicular do município de São Paulo), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo das rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente). Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- CPESP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPESP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (CCR México)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
- Concessionária Transolímpica S.A. (Transolímpica)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR Espanha - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- AG Concesiones y Participaciones S.L. (AG Concesiones)
- AG Concessions Inc. (AG Concessions)
- AG Participations Inc. (AG Participations)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- CCR Airports (CCR Airports) - sua controlada, Inversiones Bancnet S.A. (BSA BVI) e a controlada desta, BSA Finance (Barbados) Inc. (BSA Finance)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta AG Concessiones

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Icaros Development Corporation S.A. (Icaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR Espanha

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA) (Anteriormente denominada A-Port S.A.), sua controlada em conjunto, Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- AGC Holdings S.A. (AGC Holdings), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeroportos Internacional AAH SRL (Aeroportos), Desarrollos de Aeroportos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

Concessões do Grupo CCR

Via a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra (NovaDutra): Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021.

CCR AutoBAn (AutoBAn): Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos (ViaLagos): Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até janeiro de 2037.

CCR Ponte (Ponte): Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte (RodoNorte): Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Puruã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Puruã e Curitiba; PR-151, de Jaguariá a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 58,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste (ViaOeste): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Chaturri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste): Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 98,5714% do capital social da concessionária.

CCR SPVias (SPVias): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Franciso Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027. A CPC detém 100% do capital social da concessionária.

Renovias: Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC detém 40% do capital social da concessionária.

ViaQuatro: Linha 4-Amaréla do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco estações na fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Tabaão da Serra. A primeira fase do projeto já está concluída com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR detém 58% do capital social dessa concessionária.

A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens, sistemas (sinalização, comunicação e controle) e pela operação e manutenção e o Poder Concedente pela infraestrutura metroriária.

Controlar: A concessão contempla a implantação de centros de inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, registrados no município de São Paulo. O prazo de concessão vai até 2018. Atualmente, a Controlar possui centros de inspeção instalados em 16 endereços. A CPC detém, desde 2009, 45% do capital social total da concessionária, correspondente a 50% das ações ordinárias.

CCR Barcas (Barcas) e ATP: Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter de 80% do capital social da Barcas.

A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de passageiros no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

Aeroporto Internacional de Quito, no Equador: Em 25 de maio de 2012, a controlada CPC passou a deter indiretamente, aproximadamente 45,49% das ações da Quiport, com a aquisição de 100% do capital social da AG Concesiones.

A AG Concesiones é uma empresa com sede em Guipuzkoa - San Sebastian, na Espanha, que têm por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. A empresa detém participação direta de 45,5% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,93762% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 100% do capital social da Quiport.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela operação do atual Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito, e pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NOIA estava previsto para outubro de 2012, no entanto, referido prazo foi prorrogado para fevereiro de 2013 por solicitação das autoridades governamentais do Equador.

Além das empresas acima, a CCR passou a deter 100% da AG Concessiones, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, 45,5% da FTZ e 100% da AG Participations, sendo que as duas últimas não possuem operações. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas juntamente com a AG Concesiones, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador.

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR Espanha, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da AGC Holdings. A AGC Holdings detém participação direta de 48,767% na Aeroportos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A AGC Holdings, a Aeroportos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até maio de 2026. Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da AGC Airports, a qual detém participação de 50% na BSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a BSA BVI detém participação de 100% na BSA Finance, localizada em Barbados. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

A AGC Airports, a BSA BVI e a BSA Finance têm como objeto social a participação em outras sociedades.

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR Espanha, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA (anteriormente denominada A-Port S/A). A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

	2012			
	STP	ViaQuatro	Renovias	Controlar
Ativo circulante	100%	100%	100%	100%
Ativo não circulante	765.490	292.800	34.060	19.467
Realizável a Longo Prazo	127.140	482.631	367.325	77.235
Investimento	4.290	1.641	19.729	8.473
Imobilizado	96.241	36.812	12.543	62.849
Intangível	26.609	10.178	309.352	2.922
Diferido	-	21.671	12.569	2.991
Total do ativo	892.630	341.431	512.603	96.702
Passivo circulante	728.826	278.776	140.205	42.464
Passivo não circulante	2.439	933	317.786	40
Patrimônio líquido	161.365	61.722	94.159	54.198
Total do passivo e patrimônio líquido	892.630	341.431	512.603	96.702

	2012				2011			
	STP	ViaQuatro	Renovias	Controlar	Transolímpica	Aeroporto Internacional de Curaçao	Aeroporto Internacional de San Jose	Aeroporto Internacional de Quito
Recita operacional líquida	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Custos dos serviços prestados	(456.949)	(174.383)	(277.267)	(160.815)	(352.728)	(141.091)	(122.124)	(141.091)
Lucro bruto	320.133	122.451	152.667	88.547	177.600	71.040	(382)	1.563
Despesas (Receitas) operacionais	(136.029)	(52.031)	(40.917)	(23.732)	(13.475)	(5.390)	(1.162)	(462)
Resultado operacional	184.104	70.420	111.750	64.815	164.125	65.650	2.699	1.101
Resultado financeiro	27.336	10.456	(61.352)	(35.584)	(15.168)	(6.067)	(388)	(5.233)
Resultado e de IR e CS	211.440	80.876	50.398	29.231	148.957	59.583	2.311	6.366
IR e CS corrente e diferido	(72.052)	(27.560)	(18.528)	(10.745)	(46.713)	(18.685)	(4.302)	(1.829)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	139.388	53.316	31.872	18.486	102.244	40.898	7.989	4.537

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

Transolímpica: Em 26 de abril de 2012, a Transolímpica assinou o contrato de concessão para a outorga, mediante concessão, dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica. A construção da ligação faz parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016, que será realizada no Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e a via concedida terá extensão de 13 quilômetros, ligando o bairro de Pradoiro à Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. A via terá início na Avenida Brasil, estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. A concessão tem prazo estimado de 4 anos para construção da via. A CCR detém 33,33% do capital social da Transolímpica.

Outras empresas do Grupo CCR

CPC: Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engoleng e a Divisão Engolengte, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a Actua Assessoria detém 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

STP e suas controladas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante.....	658.871	252.018	66.653	38.659	37.598	15.039	43.915	19.762
Ativo não circulante.....	116.410	44.527	745.022	432.112	426.468	170.587	81.238	36.557
Realizável a Longo Prazo	4.034	1.543	85.008	49.304	114.545	45.818	(22)	(10)
Imobilizado	90.622	34.663	8.407	4.876	20.218	8.087	73.582	33.112
Intangível	21.754	8.321	621.270	360.336	291.705	116.682	4.183	1.882
Diferido	-	-	30.337	17.596	-	-	3.495	1.573
Total do ativo.....	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319
Passivo circulante.....	637.440	243.821	158.490	91.924	101.503	40.601	63.220	28.449
Passivo não circulante	1.195	457	590.900	342.721	269.043	107.617	13.880	6.246
Patrimônio líquido.....	136.646	52.267	62.285	36.126	93.520	37.408	48.053	21.624
Total do passivo e patrimônio líquido.....	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319

	2011							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	371.320	142.030	227.181	131.765	298.585	119.434	178.389	80.275
Custos dos serviços prestados	(110.173)	(42.141)	(185.574)	(107.633)	(170.240)	(68.096)	(68.724)	(30.926)
Lucro bruto	261.147	99.889	41.607	24.132	128.345	51.338	109.665	49.349
Despesas (Receitas) operacionais	(115.137)	(44.040)	(48.121)	(27.910)	(1.708)	(683)	(66.622)	(29.980)
Resultado operacional.....	146.010	55.849	(6.514)	(3.778)	126.637	50.655	43.043	19.369
Resultado financeiro.....	23.569	9.015	(95.191)	(55.211)	(22.698)	(9.079)	(7.216)	(3.247)
Resultado antes do IR e CS.....	169.579	64.864	(101.705)	(58.989)	103.939	41.576	35.827	16.122
IR e CS corrente e diferido.....	(54.209)	(20.735)	34.209	19.841	(4.835)	(1.934)	(9.151)	(4.118)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	115.370	44.129	(67.496)	(39.148)	99.104	39.642	26.676	12.004

b) Moeda estrangeira

• Transações com moeda estrangeira
Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.
Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos foram alienados total ou parcialmente.
As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de serviços

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, ponte, metrô, aeroporto e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.
Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calváveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retidas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

• Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, equivalente de quaisquer efeitos tributários.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custos de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

• Reconhecimento e mensuração
O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

i) Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

j) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

• Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

• Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ações.
Os direitos de concessão na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ágio gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº17.

• Direito de exploração de infraestrutura - vide item "f".

j) Ativos arrendados

• Arrendamento mercantil operacional
Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

Os custos de provisão atribuídos ao contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

• Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012	2011
Patrimônio líquido da controladora.....	3.359.725	3.267.625
Baixa do ativo diferido.....	(180.293)	(180.293)
Reversão da amortização do ativo diferido.....	129.444	118.034
Patrimônio líquido consolidado.....	3.308.876	3.205.366

	2012	2011
Resultado do exercício da controladora.....	1.165.874	887.962
Reversão da amortização do ativo diferido.....	11.410	11.410
Resultado do exercício consolidado (atribuído aos acionistas controladores).....	1.177.284	899.372

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Reclassificações
No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos algumas reclassificações, as quais estão demonstradas a seguir. Também estão demonstradas as reclassificações do saldo de abertura, em 1º/01/2011. Além disso, apresentamos nas notas explicativas 10, 11(b) e 14(a) e (b) os saldos de abertura em 1º/01/2011.

	31/12/2011			31/12/2011		
	Controladora		(Emitido anteriormente)	Consolidado		(Emitido anteriormente)
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)		(Reapresentado)	(Reclassificações)	
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa.....	363.973	-	363.973	763.331	-	763.331
Conta reserva.....	-	-	-	4	-	4
Contas a receber.....	-	-	-	240.865	-	240.865
Contas a receber - partes relacionadas.....	13.591	-	13.591	163.199	-	163.199
Mútuos - partes relacionadas.....	62.374	(62.374) (a)	-	26.197	(26.197) (a)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio.....	3.240	-	3.240	612	-	612
Impostos a recuperar.....	23.164	-	23.164	39.970	-	39.970
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	-	-	-	82.873	-	82.873
Contas a receber com operações de derivativos.....	6.584	-	6.584	20.503	-	20.503
Despesas antecipadas e outras.....	2.357	-	2.357	43.185	-	43.185
Total do ativo circulante.....	475.283	(62.374)	412.909	1.380.739	(26.197)	1.354.542
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva.....	-	-	-	634	-	634
Contas a receber.....	-	-	-	5.491	-	5.491
Mútuos - partes relacionadas.....	977.462	62.374 (a)	1.039.836	4.476	26.197 (a)	30.673
Impostos a recuperar.....	139.355	-	139.355	149.838	-	149.838
Impostos diferidos.....	27.862	(5.988) (d)	21.874	878.214	(564.493) (d)	313.721
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	-	-	-	2.515.717	-	2.515.717
Contas a receber com operações de derivativos.....	10.398	-	10.398	13.186	-	13.186
Despesas antecipadas e outras.....	153	-	153	17.662	-	17.662
Total do ativo não circulante.....	1.155.230	56.386	1.211.616	3.585.218	(538.296)	3.046.922
Total do ativo.....	2.099.431	-	2.099.431	-	-	-
Investimentos.....	17.940	-	17.940	431.073	-	431.073
Imobilizado.....	23.690	-	23.690	7.454.336	-	7.454.336
Intangível.....	3.296.291	56.386	3.352.677	11.470.627	(538.296)	10.932.331
Total do ativo não circulante.....	3.771.574	(5.988)	3.765.586	12.851.366	(564.493)	12.286.873

	31/12/2011			31/12/2011		
	Controladora		(Emitido anteriormente)	Consolidado		(Emitido anteriormente)
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)		(Reapresentado)	(Reclassificações)	
Passivo Circulante						
Emprestimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	351	-	351	128.946	-	128.946
Debêntures e notas promissórias.....	61.893	-	61.893	1.753.524	-	1.753.524
Contas a pagar com operações de derivativos.....	-	-	-	217	-	217
Fornecedores.....	4.460	-	4.460	335.064	-	335.064
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social.....	1.898	-	1.898	137.909	(15.746) (c)	122.163
Impostos e contribuições parcelados.....	35	-	35	46.830	-	46.830
Obrigações sociais e trabalhistas.....	23.056	-	23.056	95.248	-	95.248
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas.....	4.259	-	4.259	37.990	-	37.990
Mútuos - partes relacionadas.....	-	-	-	24.117	(24.117) (b)	-
Plano de incentivo - partes relacionadas.....	6.736	-	6.736	6.736	-	6.736
Dividendos e juros sobre o capital próprio.....	124	-	124	124	-	124
Provisão de manutenção.....	-	-	-	222.821	-	222.821
Obrigações com o poder concedente.....	-	-	-	30.433	-	30.433
Outras contas a pagar.....	86	-	86	92.112	-	92.112
Total do passivo circulante.....	102.898	-	102.898	2.912.071	(39.863)	2.872.208
Não circulante						
Emprestimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	137	-	137	968.238	-	968.238
Debêntures e notas promissórias.....	113.984	-	113.984	4.097.167	-	4.097.167
Contas a pagar com operações de derivativos.....	-	-	-	1.005	-	1.005
Impostos e contribuições a recolher.....	-	-	-	15.746 (c)	-	15.746
Impostos e contribuições parcelados.....	64	-	64	462.402	-	462.402
Impostos diferidos.....	5.988	(5.988) (d)	-	732.598	(564.493) (d)	168.105
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.....	-	-	-	20.431	-	20.431
Provisão de manutenção.....	-	-	-	203.423	-	203.423
Provisão para passivo a descoberto.....	267.394	-	267.394	-	-	-
Obrigações com o poder concedente.....	-	-	-	29.163	-	29.163
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas.....	1.916	-	1.916	1.916	-	1.916
Mútuos - partes relacionadas.....	-	-	-	45.437	24.117 (b)	69.554
Plano de incentivo - partes relacionadas.....	10.667	-	10.667	10.667	-	10.667
Outras contas a pagar.....	901	-	901	152.633	-	152.633
Total do passivo não circulante.....	401.051	(5.988)	395.063	6.725.080	(524.630)	6.200.450
Patrimônio líquido						
Capital social.....	2.025.342	-	2.025.342	2.025.342	-	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(3.028)	-	(3.028)	(3.028)	-	(3.028)
Reservas de lucros.....	1.144.536	-	1.144.536	1.082.277	-	1.082.277
Dividendo adicional proposto.....	100.775	-	100.775	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos controladores.....	3.267.625	-	3.267.625	3.205.366	-	3.205.366
Participações de acionistas não controladores.....	-	-	-	8.849	-	8.849
Total do passivo e patrimônio líquido.....	3.771.574	(5.988)	3.765.586	12.851.366	(564.493)	12.286.873

	1º/01/2011			1º/01/2011		
	Controladora		(Emitido anteriormente)	Consolidado		(Emitido anteriormente)
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)		(Reapresentado)	(Reclassificações)	
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa.....	790.360	-	790.360	1.178.669	-	1.178.669
Conta reserva.....	-	-	-	3	-	3
Contas a receber.....	-	-	-	184.735	-	184.735
Contas a receber - partes relacionadas.....	8.082	-	8.082	126.909	-	126.909
Mútuos - partes relacionadas.....	22.736	(22.736) (a)	-	9.549	(9.549) (a)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	5.692	-	5.692
Impostos a recuperar.....	43.356	(7.711) (c)	35.645	92.658	(7.711) (c)	84.947
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	-	-	-	82.779	-	82.779
Contas a receber com operações de derivativos.....	700	-	700	700	-	700
Despesas antecipadas e outras.....	4.226	-	4.226	39.847	-	39.847
Total do ativo circulante.....	869.460	(30.447)	839.013	1.721.541	(17.260)	1.704.281
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva.....	-	-	-	1.577	-	1.577
Contas a receber.....	-	-	-	2.154	-	2.154
Contas a receber - partes relacionadas.....	1.725	-	1.725	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas.....	899.096	22.736 (a)	921.832	3.438	9.549 (a)	12.987
Impostos a recuperar.....	89.867	7.711 (c)	97.578	89.867	-	89.867
Impostos diferidos.....	-	-	-	671.612	(502.810) (d)	168.802
Pagamentos antecipados relacionados à concessão.....	-	-	-	2.474.667	-	2.474.667
Contas a receber com operações de derivativos.....	3.599	-	3.599	12.060	-	12.060
Despesas antecipadas e outras.....	153	-	153	16.721	-	16.721
Total do passivo não circulante.....	994.440	30.447	1.024.887	3.272.096	(485.550)	2.786.546
Investimentos						
Imobilizado.....	2.558.823	-	2.558.823	-	-	-
Intangível.....	11.703	-	11.703	393.122	-	393.122
Total do ativo não circulante.....	2.570.526	-	2.570.526	393.122	-	393.122
Total do ativo.....	3.586.999	30.447	3.617.446	11.045.999	(485.550)	10.560.449
Total do passivo e patrimônio líquido.....	4.456.459	-	4.456.459	12.767.531	(502.810)	12.264.721

	1º/01/2011			1º/01/2011		
	Controladora		(Emitido anteriormente)	Consolidado		(Emitido anteriormente)
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)		(Reapresentado)	(Reclassificações)	
Passivo Circulante						
Emprestimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	305	-	305	418.630	-	418.630
Debêntures e notas promissórias.....	63.064	-	63.064	1.427.009	-	1.427.009
Contas a pagar com operações de derivativos.....	2.057	-	2.057	54.673	-	54.673
Fornecedores.....	2.212	-	2.212	318.885	-	318.885
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social.....	1.433	-	1.433	125.338	-	125.338
Impostos e contribuições parcelados.....	14	-	14	44.134	-	44.134
Obrigações sociais e trabalhistas.....	18.918	-	18.918	80.918	-	80.918
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas.....	7.102	-	7.102	40.571	-	40.571
Mútuos - partes relacionadas.....	-	-	-	8.792	(8.734) (b)	58
Plano de incentivo - partes relacionadas.....	9.211	-	9.211	9.211	-	9.211
Dividendos e juros sobre o capital próprio.....	23	-	23	4.293	-	4.293
Provisão de manutenção.....	-	-	-	283.567	-	283.567
Obrigações com o poder concedente.....	-	-	-	143.407	-	143.407
Outras contas a pagar.....	109	-	109	82.245	-	82.245
Total do passivo circulante.....	104.448	-	104.448	3.041.673	(8.734)	3.032.939
Não circulante						
Emprestimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	435	-	435	1.403.583	-	1.403.583
Debêntures e notas promissórias.....	1.093.480	-	1.093.480	3.462.259	-	3.462.259
Contas a pagar com operações de derivativos.....	-	-	-	58.473	-	58.473
Impostos e contribuições parcelados.....	191	-	191	448.688	-	448.688
Impostos diferidos.....	-	-	-	668.972	(502.810) (d)	166.162
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.....	-	-	-	21.062	-	21.062
Provisão de manutenção.....	-	-	-	276.504	-	276.504
Provisão para passivo a descoberto.....	63.927	-	63.927	-	-	-
Obrigações com o poder concedente.....	-	-	-	39.009	-	39.009
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas.....	1.916	-	1.916	1.916	-	1.916
Mútuos - partes relacionadas.....	-	-	-	37.031	8.734 (b)	45.765
Plano de incentivo - partes relacionadas.....	8.775	-	8.775	8.775	-	8.775
Outras contas a pagar.....	900	-	900	159.196	-	159.196
Total do passivo não circulante.....	1.169.624	-	1.169.624	6.585.468	(494.076)	6.091.392
Patrimônio líquido						
Capital social.....	2.025.342	-	2.025.342	2.025.342	-	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(2.901)	-	(2.901)	(2.901)	-	(2.901)
Reservas de lucros.....	1.059.171	-	1.059.171	985.502	-	985.502
Dividendo adicional proposto.....	100.775	-	100.775	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos controladores.....	3.182.387	-	3.182.387	3.108.718	-	3.108.718
Participações de acionistas não controladores.....	-	-	-	31.672	-	31.672
Total do passivo e patrimônio líquido.....	3.182.387	-	3.182.387	3.140.390	-	3.140.390
Total do passivo e patrimônio líquido.....	4.					

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Concessões rodoviárias		Concessão metroviária		Serviços/ Holdings		Concessões Aeroportuárias		Concessão de Transporte Aquaviário		Totais	Eliminações (*)	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2011													
Receitas brutas	5.193.675	137.367	259.745	-	5.590.787	-	5.590.787	-	5.590.787	-	5.590.787	-	5.590.787
Receitas brutas entre segmentos	-	-	268.881	-	268.881	(260.381)	8.500	-	268.881	(260.381)	8.500	-	8.500
Receitas financeiras	155.995	64.230	259.331	-	479.556	(129.021)	350.535	-	479.556	(129.021)	350.535	-	350.535
Despesas financeiras	(1.064.693)	(119.441)	(218.160)	-	(1.402.294)	129.021	(1.273.273)	-	(1.402.294)	129.021	(1.273.273)	-	(1.273.273)
Depreciação e amortização	(385.057)	(9.353)	(55.131)	-	(449.541)	11.409	(438.132)	-	(449.541)	11.409	(438.132)	-	(438.132)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	894.925	(39.148)	915.012	-	1.770.789	(860.020)	910.769	-	1.770.789	(860.020)	910.769	-	910.769
Imposto de renda e contribuição social	(449.970)	19.841	(13.383)	-	(443.512)	-	(443.512)	-	(443.512)	-	(443.512)	-	(443.512)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	844.816	-	844.816	(844.816)	-	-	844.816	(844.816)	-	-	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.133.563	470.771	4.865.528	-	16.469.862	(3.618.496)	12.851.366	-	16.469.862	(3.618.496)	12.851.366	-	12.851.366
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	2.413.261	-	2.413.261	(2.413.261)	-	-	2.413.261	(2.413.261)	-	-	-
CAPEX	534.485	71.229	52.895	-	658.609	-	658.609	-	658.609	-	658.609	-	658.609
Passivos dos segmentos divulgáveis	9.620.098	434.645	987.210	-	11.041.953	(1.404.802)	9.637.151	-	11.041.953	(1.404.802)	9.637.151	-	9.637.151

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O segmento de concessões aeroportuárias representa as empresas no exterior e os demais segmentos, as empresas no Brasil.

7. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:
a) Risco de crédito;
b) Risco de taxas de juros e inflação;
c) Risco de taxa de câmbio; e
d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.
A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito
Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação
Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.
A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDSES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 8, nº 19, nº 20 e nº 32.
As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio
Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) e à UMBNDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 552.322 (R\$ 502.058 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$ 301.342 (R\$ 217.524 em 31 de dezembro de 2011) estão protegidos por contratos de *hedge*.

A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda oficial no Equador.
A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 19 e 29.
d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.
Informações sobre o vencimento dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.
O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora		Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	-	-	495.166	149.632	152.569	149.211	495.779
Debêntures e notas promissórias	482.124	60.207	2.033.220	1.825.891	636.771	1.808.972	450.106
Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 2.140.007 no consolidado, dos quais R\$ 301.342 (R\$ 217.524 em 31 de dezembro de 2011) estão protegidos por contratos de <i>hedge</i> .	-	-	-	-	-	-	-
A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda oficial no Equador.	-	-	-	-	-	-	-
A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda funcional dessas investidas.	-	-	-	-	-	-	-
Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 19 e 29.	-	-	-	-	-	-	-
d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez	-	-	-	-	-	-	-

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.
Informações sobre o vencimento dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.
O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora		Consolidado			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	89	56	133.721	30.006	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos	243.779	363.917	737.200	733.168	-	-
Outros	-	-	1.570	157	-	-
	243.868	363.973	872.491	763.331	-	-

As aplicações financeiras foram remuneradas em média, à taxa de 98,72% do CDI, equivalente a 8,84% ao ano (11,51% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2011).

9. Contas a receber - Consolidado

	Controladora		Consolidado			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Circulante	-	-	-	-	-	-
Pedágio eletrônico - STP (a)	-	24.292	-	-	286.065	239.526
Receitas acessórias (b)	-	-	16.641	10.847	15.219	13.004
Pedágio eletrônico - outros (c)	-	-	5.672	11.786	5.672	11.786
Contraprestação pecuniária (d)	-	-	1.436	-	2.773	-
Receitas com multimídia (g)	-	-	327.806	276.035	(47.963)	(35.170)
Outros	-	-	279.843	240.865	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	-	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Poder Concedente - ViaOeste (f)	-	24.292	-	-	-	-
Poder Concedente - Barcas (h)	18.181	-	-	-	-	-
Contraprestação pecuniária (d)	-	-	-	5.491	-	-
Receitas com multimídia (g)	-	-	1.551	-	-	-
Receitas acessórias (b)	-	-	2.118	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - ViaOeste (f)	-	-	-	(24.292)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	-	(2.118)	(26.410)	-	-
	-	-	19.732	5.491	-	-

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de tag's e estacionamentos da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias;
(b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
(c) Créditos a receber decorrentes de vale-pedágio;
(d) Saldo a receber do Poder Concedente pela ViaQuatro, correspondente à contraprestação pecuniária prevista nos Termos Aditivos Modificativos nº 3 e 4, dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do início da operação comercial de cada sub-trecho da Fase I. Estes valores são reajustados anualmente pelo IGP-M FGV (50%) e IPC-Fipe (50%). O saldo corresponde a 9 parcelas que serão recebidas até setembro de 2013;
(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PDD - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias (120 dias na investida STP). Para a Quiport, é constituída para os títulos a receber de companhias aéreas que deixaram de operar no MSIA, sendo que o valor total do PDD desta investida é de R\$ 735. A PDD é definida com base no histórico de perda de cada negócio da Companhia;
(f) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adesão de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoniel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à investida é remoto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor foi baixado da respectiva PDD;
(g) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados em atividades de multimídia (Samm);
(h) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca de melhorias na infraestrutura.

10. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011
Circulante	-	-	-	-	-	-
IRPJ	6.180	10.288	10.168	17.926	14.270	11.745
IRPJ e CSLL	27.428	3.131	17.005	36.590	9.914	61.398
COFINS	10.994	7.632	6.655	11.359	9.776	8.032
CSLL	395	112	367	1.404	1.088	509
PIS	2.396	1.666	1.444	2.475	2.840	2.071
ISS de pedágio	-	-	-	288	263	476
Outros	44	35	6	1.434	1.819	716
	47.437	23.164	35.645	71.476	39.970	84.947

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011
Não circulante	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL	97.703	109.287	89.867	98.149	119.770	89.867
IRPJ sobre mútuos	36.906	30.068	7.711	36.906	30.068	7.711
	134.609	139.355	97.578	135.055	149.838	97.578

11. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2011	2012	2011	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.181.068	878.112	1.826.328	1.354.281	-	-
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(401.563)	(298.558)	(620.952)	(460.456)	-	-
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	-	-	16.972	-	16.972	-
Efeitos tributários da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	5.075	5.346	12.000	10.185	-	-
	(396.488)	(276.240)	(608.952)	(433.299)	-	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	393.613	287.237	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(305)	(289)	(11.195)	(10.344)	-	-
Amortização ágio não incorporado sobre investimentos	(6.806)	(5.332)	(20.215)	(15.513)	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	4.109	488	-	-
Resultado de operações de derivativos indedutíveis	-	-	(2.892)	-	-	-
Lucros auferidos em investidas no exterior	(5.208)	365	9.299	15.156	-	-
Outros ajustes tributários	(15.194)	9.850	(633.955)	(443.512)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.856)	(12.024)	(669.430)	(586.488)	-	-
Impostos correntes	(3.338)	21.874	35.475	142.976	-	-
Impostos diferidos	(15.194)	9.850	(633.955)	(443.512)	-	-
Alíquota efetiva de impostos	1,29%	1,12%	34,71%	32,75%	-	-

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011
Bases ativas	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	13.441	18.351	-	475.743	330.819	133.308
Constituição da provisão de manutenção (d)	-	-	-	121.482	144.923	185.900
Custo da transação na emissão de títulos	57	34	-	7.636	2.054	1.571
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	-	-	-	99.191	112.940	100.375
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	-	-	-	256.500	218.608	170.146
Ajuste de prática contábil para consolidação - Renovias	-	-	-	16.053	14.595	-
Gastos pré operacionais diferidos para fins fiscais - Lei 11.638/07	-	-	-	8.463	7.515	9.202
Ganhos / perdas em operações com derivativos	-	-	-	506	24.832	-
Provisão para ILP e comissões sobre empréstimos	-	-	-	3.585	1.650	3.558
Provisão para fornecedores a pagar	9.287	-	-	11.680	2.952	-
Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários	-	-	-	6.605	6.035	5.370
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG S	-	-	-	847	1.225	971
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	3.632	11.164	9.981
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.641	2.581	-	7.892	6.230	4.421
Valor justo de operações com derivativos	2.006	-	-	8.840	5.522	16.083
Variação cambial	19	-	-	27.020	4.026	1.028
Outras	189	6.896	-	5.339	10.402	1.914

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010		2011		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios.....	(10.216)	(2.023)	649	(119)	(11.709)
Máquinas e equipamentos.....	(89.325)	(25.705)	5.110	4	(109.916)
Veículos.....	(43.894)	(9.597)	4.615	(80)	(48.956)
Instalações e edificações.....	(10.719)	(3.454)	239	(1.523)	(15.457)
Sistemas operacionais.....	(201.610)	(24.429)	34.073	1.749	(190.217)
	(355.764)	(65.208)	44.686	31	(376.255)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.
(b) Refere-se aos saldos iniciais dos ativos das empresas adquiridas (Quiport, Aeris e Barcas).

17. Ativos Intangíveis - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicadores de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores, com exceção das investidas RodoAnel Oeste e Quiport, que foram submetidas a teste, porém sem identificação de ajustes de redução a serem executados. Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

	2010		2011		Líquido
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida.....	9.416.873	(2.369.202)	7.047.671	7.462.664	5.792.100
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	20	97.858	(40.001)	57.857	24.462
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	20	40.878	(17.902)	22.976	20.461
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	(a)	1.938.812	(296.086)	1.642.726	1.617.313
Cessão de fibra óptica.....	10	12.055	(1.219)	10.836	-
	11.506.476	(2.724.410)	8.782.066	9.370.083	7.454.336

(a) Amortização pela curva de benefício econômico ou linear.

	2011		2012		Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Transferências (c)		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida.....	7.462.664	1.398.616	598.720	(6.221)	4.490	9.416.873
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	53.015	1.344	3.348	(101)	2	97.858
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	31.785	-	4.500	4.593	-	40.878
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	1.822.619	42.676	73.536	-	(19)	1.938.812
Cessão de fibra óptica.....	-	-	9.617	2.438	-	12.055
	9.370.083	1.442.636	689.721	(6.322)	4.473	11.506.476

	2010		2011		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (c)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida.....	7.046.781	600.583	(4.171)	1.277	7.462.664
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	39.229	7.350	(67)	6.503	53.015
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	19.892	6.891	-	5.002	31.785
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	1.822.619	-	-	-	1.822.619
	8.928.521	614.824	(4.238)	12.782	9.370.083

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.816 no exercício de 2012 (R\$ 33.513 no exercício de 2011). A taxa média de capitalização foi de 6,82% ao ano (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,55% ao ano no exercício de 2011.

Movimentação da amortização

	2011		2012		Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Transferências (c)		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida.....	(1.670.564)	(341.532)	(356.480)	240	(997)	(2.369.202)
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	(28.553)	(1.205)	(10.578)	78	(2)	(40.001)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	(11.324)	-	(6.733)	-	-	(17.902)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	(205.306)	(6.666)	(84.114)	-	-	(296.086)
Cessão de fibra óptica.....	-	-	(1.219)	-	-	(1.219)
	(1.915.747)	(349.403)	(459.124)	318	(999)	(2.724.410)

19. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	2011		2012		Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Transferências (c)		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida.....	(1.670.564)	(341.532)	(356.480)	240	(997)	(2.369.202)
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	(28.553)	(1.205)	(10.578)	78	(2)	(40.001)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	(11.324)	-	(6.733)	-	-	(17.902)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	(205.306)	(6.666)	(84.114)	-	-	(296.086)
Cessão de fibra óptica.....	-	-	(1.219)	-	-	(1.219)
	(1.915.747)	(349.403)	(459.124)	318	(999)	(2.724.410)

Empresa	Instituições financeiras		Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2012	Vencimento final	2012	2011
	Em moeda nacional								
CCR.....	Itaú BBA S.A. (Arrend. Mercantil)		13,10% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	38	220
CCR.....	Banco Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)		CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	116	268
	Subtotal Controladora							154	488
1. AutoBAn.....	BNDES- FINEM III		TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	162	Fevereiro de 2017	172.005	213.351
1. AutoBAn.....	BNDES- FINEM IV		TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	16.234	20.143
2. Renovias.....	BNDES- FINEM II		TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0234% a 0,0239% (a)	21	4	Novembro de 2016	11.907	13.411
2. Renovias.....	BNDES- FINEM III		TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0652% a 0,0667% (a)	7	13	Abril de 2016	32.987	12.606
3.a SPVias.....	BNDES- FINEM I e CEF		TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	13.584
3.a SPVias.....	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF		TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	13.584
3.b SPVias.....	BNDES- FINEM III		TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2019	38.049	44.894
13. SPVias.....	Votorantim S.A. (Finame)		TJLP + 4,50% a 7,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	541	1.283
3.c SPVias.....	Santander S.A.		CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	-	37.257
3.c SPVias.....	Bradesco S.A.		116,5% do CDI	0,4419% (a)	783	-	Fevereiro de 2013	-	57.923
3.c SPVias.....	Itaú BBA S.A.		116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	-	Fevereiro de 2013	-	109.574
3.c SPVias.....	Safra S.A. (Arrend. Mercantil)		CDI + 0,14% a 0,5654% a.a.	N/I	-	-	Junho de 2013	-	138
4. Ponte.....	Santander S.A.		11,1% do CDI	N/I	-	-	Julho de 2012	-	11.675
5. Controlar.....	Itaú BBA S.A.		112,5% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2013	10.090	11.134
6. Barcas.....	Itaú BBA S.A.		CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2012	6.229	16.861
6. Barcas.....	Bradesco S.A.		CDI + 0,70% a.a.	N/I	-	-	Abril de 2013	118.354	-
13. Diversos.....	Alfa S.A. (Finame)		5,5% a 7,7% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	2.333	-
13. Diversos.....	Diversos (Finame)		TJLP + 1% a 4,3% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	2.450	4.761
Diversos.....	Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)		1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	1.283	2.016
Diversos.....	Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)		CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	2.764	7.415
Diversos.....	Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)		1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Janeiro de 2015	1.677	3.028
	Subtotal em moeda nacional							179	428.691
	Em moeda estrangeira								
3.a SPVias.....	BNDES- FINEM I		Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	826	1.673
3.a SPVias.....	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF		Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	826	1.673
7. ViaLagos.....	Merrill Lynch (c)		US\$ + LIBOR + 1,73% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	97.128	87.396
8. ViaQuatro.....	BID - B Loan		US\$ + LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a. (b)	3,7516% (a)	13.906	8.432	Fevereiro de 2020	278.879	253.262
8. ViaQuatro.....	BID - A Loan		US\$ + LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a. (b)	4,2287% (a)	3.903	2.382	Fevereiro de 2023	80.531	73.157
9. RodoNorte.....	Merrill Lynch (c)		US\$ + LIBOR + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2013	94.132	84.897
10. Quiport.....	OPIC		US\$ + 6,07% a 7,37% a.a.	8,25%	1.222	1.235	Maio de 2021	172.521	-
10. Quiport.....	EXIM		US\$ + 4,9% a.a.	7,17%	12.701	12.840	Maio de 2021	46.508	-
10. Quiport.....	BID		US\$ + 6,08% a 9,6% a.a.	12,50%	458	463	Maio de 2021	64.580	-
10. Quiport.....	EDC		US\$ + 10,65% a.a.	13,71%	458	232	Maio de 2021	32.256	-
11. Aeris.....	BID		US\$ + 6,33% a.a.	N/I	-	-	Maio de 2024	43.706	-
11. Aeris.....	OPIC		US\$ + 6,91% a.a.	N/I	-	-	Maio de 2024	53.463	-
12. Curação.....	DVB Bank AG		US\$ + LIBOR + 2,75% a 3,5% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2018	22.518	-
12. Curação.....	Maduro and Curief's Bank		US\$ + 7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	29	-
	Subtotal em moeda estrangeira							25.584	502.058
	Consolidado							25.763	1.097.184

	2012		2011	
	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	495.166	132.213	132.213
Custos de transação.....	(2.407)	(3.267)	(2.407)	(3.267)
	492.759	128.946	492.759	128.946
	947.191	979.204	947.191	979.204
Custos de transação.....	(23.356)	(10.966)	(23.356)	(10.966)
	923.835	968.238	923.835	968.238

(a) Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.
(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.
(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de swap, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa n° 29 para maiores detalhes).
Garantias:
(d) Fiança bancária.
(e) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
(f) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.
(g) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e recursos dos acionistas controladores para determinados eventos.
(h) Fiança/aval do acionista controlador.
(i) Bens financiados.
(j) Não existem garantias.
(k) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.
Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	2012	2011
2014.....	149.632	149.632
2015.....	152.569	152.569
2016.....	149.211	149.211
2017.....	109.531	109.531
2018.....	102.869	102.869
Após 2018.....	283.579	283.579
Total.....	947.191	947.191

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.
Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1. AutoBAn
Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011. O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017. Os juros serão pagos trimestralmente, sendo de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

2. Renovias
Em 14 de dezembro de 2011, foi firmado contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 130.000, divididos em 8 subcréditos (A1 e A2 e B1 e B6). Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, e para o subcrédito B, o principal está sendo amortizado em 78 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2012 e 15 de janeiro de 2019. Os juros estão sendo pagos mensalmente para os subcréditos A e B desde novembro de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, até os vencimentos finais dos subcréditos. A principal garantia que é compartilhada entre a CEF, o BNDES e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.
c. Em julho de 2012, as cédulas de crédito bancário dos bancos Bradesco, Itaú e Santander foram integralmente liquidadas antecipadamente.
4. Ponte
Em 24 de novembro de 2011, foi contratada cédula de crédito bancário no valor de R\$ 11.000, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., com vencimento de juros e principal em 19 de novembro de 2012, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 112,50% do CDI.

	2010		2011		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (c)	
Direitos de exploração da infraestrutura.....	(1.392.331)	(279.846)	1.644	(31)	(1.670.564)
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	(22.497)	(6.121)	65	-	(28.553)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	(6.788)	(4.536)	-	-	(11.324)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.....	(126.133)	(79.173)	-	-	(205.306)
	(1.547.749)	(369.676)	1.709	(31)	(1.915.747)

(b) Refere-se aos saldos iniciais dos ativos das empresas adquiridas (Quiport, Aeris, Curação e Barcas);
(c) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível; e
(d) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizadas pela investida ViaOeste, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo n° 20.
Composição do direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

	2012			2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Controlar (a).....	136.719	(52.082)	84.637	136.719	(36.460)	100.259
Coparques.....	16.570	(16.570)	-	16.570	(16.570)	-
Inovap 5 (a).....	3.087	(52)	3.035	3.087	(6)	3.081
Parques.....	320	(320)	-			

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2012	Vencimento final	2011	2011	
1.a CCR	5ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	232	Agosto de 2014	123.794	175.877 (d)	
1.b CCR	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0150% (a)	42	15	Maior de 2013	418.290	- (c)	
		Subtotal - controladora			247		542.084	175.877	
2. RodoNorte	2ª Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	577	Novembro de 2015	172.444	202.120 (c)	
3.a AutoBAn	1ª Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	7	Abril de 2014	53.304	74.034 (e)	
3.a AutoBAn	1ª Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	65	Outubro de 2013	30.306	56.255 (e)	
3.a AutoBAn	1ª Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	-	Abril de 2012	-	46.736 (e)	
3.b AutoBAn	2ª Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	-	Setembro de 2012	-	133.806 (c)	
3.c AutoBAn	4ª Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.151	4.044	Setembro de 2017	974.667	- (c)	
3.c AutoBAn	4ª Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	1.110	1.091	Outubro de 2017	136.409	- (c)	
3.d AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	-	Novembro de 2012	-	959.866 (c)	
3.e AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	54	54	Maior de 2013	50.382	- (c)	
ViaOeste	1ª Emissão - Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	-	Julho de 2015	-	130.016 (f)	
ViaOeste	1ª Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	-	Julho de 2015	-	128.028 (f)	
ViaOeste	1ª Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	-	Janeiro de 2015	-	105.825 (c)	
ViaOeste	2ª Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	-	Dezembro de 2016	-	227.096 (c)	
4.a ViaOeste	3ª Emissão - Série única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	880	240	Fevereiro de 2015	109.843	156.122 (c)	
4.b ViaOeste	4ª Emissão - Série única	108,3% do CDI	0,1718% (b)	3.828	3.119	Maior de 2012	751.671	- (c)	
5. RodoAnel Oeste	2ª Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (b)	1.684	820	Maior de 2014	504.792	507.337 (g)	
5. RodoAnel Oeste	2ª Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1131% (b)	2.483	1.535	Maior de 2015	554.740	557.599 (g)	
6. RodoAnel Oeste	2ª Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1142% (b)	4.276	2.928	Maior de 2016	755.707	759.728 (g)	
6. Renovias	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	485	112	Fevereiro de 2015	37.726	55.766 (c)	
7.a SPVias	1ª Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (b)	-	-	Fevereiro de 2013	829.553	934.912 (g)	
7.b SPVias	2ª Emissão - Série única	119,30% do CDI	0,0801% (b)	1.284	1.151	Julho de 2016	414.230	- (g)	
8.a NovaDutra	2ª Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	670	Setembro de 2015	259.724	304.877 (d)	
8.a NovaDutra	2ª Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	446	Setembro de 2015	173.189	203.325 (c)	
8.b NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	13	-	Novembro de 2012	-	131.366 (c)	
8.c NovaDutra	3ª Emissão - Série única	105,6% do CDI	-	-	-	Novembro de 2015	351.675	- (c)	
9. Samm	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0100% (a)	59	34	Abril de 2013	35.374	- (g)	
					17.140		6.737.820	5.850.691	
						Controladora		Consolidado	
						2012	2011	2012	2011
					482.124	62.172	2.033.220	1.759.503	
					(181)	(279)	(6.232)	(5.979)	
					481.943	61.893	2.026.988	1.753.524	
					60.207	114.242	4.721.740	4.106.434	
					(66)	(258)	(10.908)	(9.267)	
					60.141	113.984	4.710.832	4.097.167	

Circulante	2012	2011
Debêntures e notas promissórias	482.124	62.172
Custos de transação	(181)	(279)
	481.943	61.893
	60.207	114.242
	(66)	(258)
	60.141	113.984

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- Garantias:**
- (c) Não existem garantias.
- (d) Flutuante.
- (e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (g) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora	Consolidado
	2012	2012
2014	60.207	1.275.891
2015	-	1.186.771
2016	-	1.808.972
2017	-	450.106
Total	60.207	4.721.740

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

As debêntures não possuem cláusula de repactuação.

- 1. CCR**
- a. Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 debêntures simples da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal total de R\$ 598.156.
- Em 23 e 28 de abril de 2010, foram contratadas operações de swap, onde houve a troca do indexador IPCA +7,5% a.a. para todos os vencimentos de juros, por um percentual de CDI que varia entre +10% e +109,65% (maiores detalhes vide nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros).
- Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.
- b. Em 23 de maio de 2012, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais, no total de 10 notas de série única, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 400.000. O vencimento do principal e dos juros ocorrerá em 18 de maio de 2013.

- 2. RodoNorte**
- Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.
- Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Primeira série: A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
 - Segunda série: A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
 - Terceira série: Esta série foi integralmente liquidada.
- Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.
- As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da investida contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a investida contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar o percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.
- b. Esta emissão foi integralmente liquidada em setembro de 2012.

- 3. AutoBAn**
- a. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, totalizando R\$ 1.100.000, na data de emissão.
- Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R\$ 1 na data da emissão. As debêntures da 1ª série não tem seu valor nominal atualizado e a remuneração é baseada na variação acumulada de 109% do CDI.
- O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:
- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
 - Juros: trimestralmente, entre 15 de julho de 2013 e 15 de setembro de 2017.
- As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.
- Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures tem seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% a.a.

- O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:
- Amortização: em uma única parcela na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
 - Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.
- As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.
- Os principais critérios para a decretação do vencimento antecipado das debêntures desta emissão são:
- Distribuir dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
 - Distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.

- d. Em 25 de novembro de 2011, a controlada realizou a 2ª emissão de notas comerciais, emitindo 380 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 950.000. As notas promissórias desta emissão foram integralmente liquidadas em novembro de 2012.
- e. Em 14 de novembro de 2012, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 50 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 50.000.
- O valor nominal e os juros serão pagos no vencimento, em 3 de maio de 2013.
- As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

- 4. ViaOeste**
- a. Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.
- Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.
- As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:
- Não realizar até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, novas emissões de debêntures da espécie quirográfrica, com garantia real ou com garantia flutuante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão;
 - Não a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 3 e/ou o ICSD seja inferior a 1,20;
 - Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

- b. Em 28 de abril de 2012, a investida realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887.
- O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:
- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
 - Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.
- As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.
- Esta emissão não conta com garantias.

- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da investida que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
 - Caso a investida, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
 - Redução do capital social da investida sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
 - Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.

- 5. RodoAnel Oeste**
- Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em três séries.
- As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 e as da 2ª série de 55.000, têm valor nominal total de R\$ 1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.
- As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encaiso (5%).
- Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

- O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.
- As debêntures podem ser facultativamente antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.
- Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

- 6. Renovias**
- a. Em 1º de fevereiro de 2010, realizou-se a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R\$ 140.000.
- Os juros estão sendo pagos mensalmente, entre 1º de março de 2010 a 1º de fevereiro de 2015. O principal está sendo amortizado em 37 parcelas mensais, entre 1º de fevereiro de 2012 e de 2015.
- As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será acrescido de um prêmio de 0,60%.
- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro; e
 - (ii) Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

- 7. SPVias**
- a. Em 22 de dezembro de 2010, a investida assumiu por sucessão, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387.
- O pagamento dos juros e principal no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento.
- Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a extinção, liquidação, dissolução, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou decretação de falência ou ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, de qualquer controlada da CCR, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido.

- b. Em 5 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão.
- A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 5 de janeiro de 2013 e 5 de julho de 2016.
- A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.
- As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
 - Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

- 8. NovaDutra**
- a. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.
- As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:
- As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, possuem garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e 2015.
- As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o ICSD seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
 - Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- b. As notas foram resgatadas antecipadamente e liquidadas no dia 28 de dezembro de 2012.
- c. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sob regime de garantia firme, em série única, da espécie quirográfrica para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$ 350.000.
- A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.
- As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

- Os principais critérios para o vencimento antecipado são:
- Distribuição de dividendos, pela investida, em valor superior ao mínimo legal, caso o ICSD seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, seja superior a 4.
 - Redução do capital social da investida após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- 9. Samm**
- Em 30 de outubro de 2012, foram captados R\$ 35.000 em notas promissórias da 1ª emissão, com vencimento de principal e juros em 28 de abril de 2013.
- 21. Programas baseados em ações (plano de incentivo de longo prazo)**
- A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) que tecnicamente não se enquadra como remuneração variável, nem como remuneração baseada em ações, por se tratar de política de geração de valor que permite a determinados resgates anuais de Uls ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.
- A determinação da base na valorização das ações, na geração operacional de caixa, no valor dos dividendos distribuídos.
- O ILP tem por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.
- Como dito, esse plano está baseado na venda a determinados executivos (participante), escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento - UIs.
- Cada UI é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.
- O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (valor da UVV no resgate, subtraído do valor da UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).
- Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 2, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD) no ano de 2007 e o Plano 3 no ano de 2010. Cada plano possui seus respectivos programas.

- Caso o participante tenha seu vínculo empregatício encerrado com o Grupo CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as Uls resgatadas com base no último valor real calculado

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Obrigações fiscais parceladas - Consolidado

	2011		2012			
	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Federal						
PAES	2.071	-	68	(2.112)	1.043	1.070
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	44.569	956	4.594	(46.565)	45.190	48.744
Municipal						
ISS	190	1.089	1.040	(2.196)	457	580
Total	46.830	2.045	5.702	(50.873)	46.690	50.394
Não circulante						
Federal						
COFINS	62	-	120	-	(153)	29
PAES	1.036	-	8	-	(1.043)	1
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	461.304	3.621	30.375	-	(45.037)	450.263
Municipal						
ISS	-	932	-	-	(457)	475
Total	462.402	4.553	30.503	-	(46.690)	450.768

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas.

(b) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011 para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Empresa	Quantidade de parcelas	Valor da prestação básica mensal
CCR	60	2
NovoDutra	120	256
AutoBan	180	2.179
SPVias	180	4
ViaOeste	155	404

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério;
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos;
- Bens arrolados ou outras garantias prestadas a outros processos que também sejam garantias dos parcelamentos vinculados à lei 11.941/09; e
- Risco associado e perda do regime especial de pagamento.

Durante o período de pagamento dos parcelamentos existe a obrigatoriedade de pagamento dos impostos da Companhia e suas investidas.

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários - Consolidado

A Companhia e suas investidas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2011		2012	
	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Constituição / reversão de provisão	Saldo final
Cíveis e administrativos	15.208	1.868	2.705	19.781
Trabalhistas e previdenciárias	3.567	39.723	(2.511)	40.779
Tributárias	1.656	-	(1.466)	190
Total	20.431	41.591	(1.272)	60.750
	2010	2011		
Cíveis e administrativos	15.624	-	(416)	15.208
Trabalhistas e previdenciárias	3.773	-	(206)	3.567
Tributárias	1.665	-	(9)	1.656
Total	21.062	-	(631)	20.431

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas.

A Companhia e suas investidas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2012		2011	
	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Constituição / reversão de provisão	Saldo final
Cíveis e administrativos	114.478	-	117.625	-
Trabalhistas e previdenciárias	20.045	-	11.041	-
Tributárias	30.450	-	36.372	-
Outras (b)	-	-	53.539	-
Total	164.973	-	218.577	-

(b) Trata-se de ação proposta pelo Banco Espírito Santo S/A, Caixa Banco de Investimento S/A e Credit Agricole Corporate and Investment Bank em face do RodoAnel Oeste visando ao recebimento de um valor de liquidação (*close-out amount*), análogo a uma multa por pagamento antecipado, no contexto de operação de *swap* de taxa de juros firmadas entre RodoAnel Oeste e cada um dos autores, que foram liquidadas antecipadamente, em decorrência do pagamento antecipado voluntário pelo RodoAnel Oeste de empréstimo junto ao BID e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) ("Empréstimo BID/JBIC"). A referida ação foi encerrada por acordo entre as partes. Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R\$ 130.324 para os processos em andamento.

24. Arrendamento mercantil - Consolidado

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos	
	2012	2011
Até um ano	2.089	2.355
Acima de 1 ano e até cinco anos	1.986	4.453
A Companhia e suas investidas operam com 248 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.	2012	2011
Despesas com arrendamento mercantil operacional	2.527	6.617

b) Financeiro

A Companhia e suas investidas possuem ativos obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas investidas.

	Taxa média anual de depreciação %		2012		2011	
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	-	-	239	(64)	175
Máquinas e equipamentos	15	-	-	3.029	(531)	2.498
Equipamentos de telefonia	15	-	-	18	(5)	13
Equipamentos de informática	15	-	-	1.609	(842)	767
Veículos	20	18.129	(6.632)	11.497	19.206	(5.107)
Softwares	12	-	-	95	(60)	35
Benteficiários em imóveis de terceiros	6	-	-	990	(265)	725
Total	18.129	(6.632)	11.497	25.186	(6.874)	18.312

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	5.412	4.567	9.816	7.805
Acima de um ano e até 2014	1.574	1.310	7.778	5.280
Total	6.986	5.877	17.594	13.085

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2012 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 1.172 (R\$ 1.648 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas financeiras e R\$ 3.198 (R\$ 2.758 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas de depreciação.

25. Provisão de manutenção - Consolidado

b. Reserva legal

	2012		2011	
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização
Circulante	222.821	133.936	51.398	(269.655)
Não circulante	203.423	18.117	(2.725)	(9.412)
Total	426.244	152.053	48.673	(279.067)
	2010	2011		
Circulante	283.567	53.127	25.144	(342.342)
Não circulante	276.504	85.953	45.496	(1.205)
Total	560.071	139.080	70.640	(343.547)

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

26. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 25 de novembro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária foi desdobrada em quatro ações, passando o capital social autorizado a ser composto por 1.920.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Anteriormente, o capital autorizado era de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado era de 441.396.800 ações ordinárias.

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2013.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 13 de abril de 2012, foi aprovado em AGO, o pagamento de dividendos complementares, relativos aos lucros do exercício de 2011, no montante de R\$ 100.775, correspondente a R\$ 0,0570773 por ação, com pagamento realizado em 27 de abril de 2012, tendo sido os dividendos, aprovados e pagos na data prevista.

Em 27 de setembro de 2012, foi aprovado em reunião do CAD, a ser submetido à aprovação da AGO de 2013, a distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2012, no valor de R\$ 953.417, correspondente a R\$ 0,54 por ação, com pagamento realizado em 31 de outubro de 2012, sendo R\$ 453.417 relativos ao saldo de reserva de retenção de lucros do exercício de 2011 e R\$ 500.000 referentes aos lucros apurados no primeiro semestre de 2012.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 100.775, correspondentes a R\$ 0,0570773 por ação, a ser submetido à aprovação da AGO de 2013.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2012 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	1.165.874	(58.294)	1.107.580
Lucro líquido do exercício	1.165.874		
(-) Constituição de reserva legal		(58.294)	
Lucro líquido ajustado			1.107.580
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado			276.895
Dividendos intermediários pagos		953.417	
Dividendo adicional proposto		100.775	
Total		1.054.192	

e. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica é reconhecido, principalmente, o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado está revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Numerador				
Lucro líquido disponível para acionistas controladores	1.165.874	887.962	1.177.284	899.372
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído	1.765.587.200	1.765.587.200	1.765.587.200	1.765.587.200
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	0,66	0,50	0,67	0,51

g. Ágio em transação de capital

Em 1º de novembro e 1º de dezembro de 2012, a CCR aumentou o capital social da controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 95% para 98,5714%, pois não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada, resultando em diluição do capital. O capital foi aumentado com capitalização em dinheiro e com mútuos em aberto com a CCR, nos montantes de R\$ 72.000 e R\$ 428.000, respectivamente.

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (5)		Valor Justo		Valores brutos liquidados		Efeito Acumulado		Resultado		
					Moeda estrangeira	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Valores a receber/ (recebidos)	Valores a pagar/(pagos)	Efeito acumulado ganho/(Perda)				
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
OPÇÕES DE COMPRA															
ViaQuatro															
1	Posição ativa	Vários (1)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor	168.134	134.494	343.582	252.284	1.464	2.789	-	-	1.464	2.789
	Posição passiva				Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.										
	SWAP														
CCR															
2	Posição ativa	CitiBank	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	26.667	40.000	33.809	47.137	615	(1.704)	6.097	4.493
	Posição passiva				109,65 % do CDI					(27.712)	(42.644)				
3	Posição ativa	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	20.000	30.000	25.356	35.544	463	(1.275)	4.573	3.374
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(20.783)	(31.980)				
4	Posição ativa	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	13.333	20.000	16.904	23.569	343	(812)	3.071	2.313
	Posição passiva				108 % do CDI					(13.833)	(21.256)				
5	Posição ativa	HSBC	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	10.000	30.000	25.327	35.313	475	(1.276)	4.544	3.332
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(20.783)	(31.980)				
6	Posição ativa	Merryl Linch	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	10.000	30.000	25.356	35.354	515	(1.219)	4.607	3.468
	Posição passiva				108 % do CDI					(20.749)	(31.885)				
7	Posição ativa	Merryl Linch	15/08/2011	15/08/2013	USD + 2,0353% a.a.	47.400	47.400	96.862	77.072	97.350	87.866	(4.869)	(1.774)	19.616	9.637
	Posição passiva				101 % do CDI					(77.734)	(78.229)				
ViaQuatro															
8	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/02/2013	USD	13.788	13.788	28.175	25.864	28.132	25.046	-	-	279	-
	Posição passiva				65,5 % do CDI					(27.853)	(25.530)				
9	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/08/2013	USD	13.622	13.622	27.837	25.552	27.624	24.326	-	-	368	-
	Posição passiva				67 % do CDI					(27.256)	(24.847)				

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nominal) (5)				Valor Justo		Valores brutos liquidados		Efeito Acumulado				Resultado		
					Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)		
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
11	Posição ativa Posição passiva RodoNorte	Bradesco	14/02/2012	14/08/2014	USD 70,55% do CDI	13.219	-	26.842	-	26.385 (26.380)	-	-	5	-	-	-	5	-	
12	Posição ativa Posição passiva CAP	Merryl Lynch	14/11/2011	14/11/2013	USD + Libor + 1,5 % a.a. 101 % do CDI	45.819	45.819	93.631	80.000	94.449 (80.727)	85.537 (81.256)	(4.712)	-	13.722	4.281	(4.712)	-	4.729	4.281
13	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	28/06/2005	31/12/2014 (4)	USD Libor 4,25% a.a.	4.286	-	8.758	-	82 (739)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	28/01/2004	31/12/2014 (4)	USD Libor 4,3% a.a.	2.857	-	5.838	-	55 (554)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	02/08/2006	31/12/2018 (4)	USD Libor 5,51% a.a.	1.667	-	3.406	-	100 (869)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2012																			
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O ANO DE 2011 E 2012																			
TOTAL DAS OPERAÇÕES																			

- (1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo investment p.l.c., Societé Generale/ Paris;
(2) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023;
(3) Os contratos possuem vencimentos em agosto de 2013 e 2014;
(4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final; e
(5) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2012	2011
Riscos cambiais	13.302	(24.230)
Riscos de juros	8.323	6.505
	21.625	(17.725)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas investidas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x USD = 2,0435). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	370.224	Aumento da cotação do USD	-	(91.613)	(183.225)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2013	(28.175)	Diminuição da cotação do USD	-	7.044	14.088
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(27.837)	Diminuição da cotação do USD	-	6.959	13.919
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2014	(27.995)	Diminuição da cotação do USD	-	6.999	13.998
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2014	(27.013)	Diminuição da cotação do USD	-	6.753	13.506
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(63.858)	(127.714)
ViaLagos						
4131 em USD	Agosto de 2013	97.071	Aumento da cotação do USD	-	(24.268)	(48.536)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(97.336)	Diminuição da cotação do USD	-	24.334	48.668
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	66	132
RodoNorte						
4131 em USD	Novembro de 2013	93.879	Aumento da cotação do USD	-	(23.470)	(46.939)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(94.143)	Diminuição da cotação do USD	-	23.536	47.072
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	66	133
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(63.726)	(127.449)

Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

As empresas Quiport, Aeris e Curacao têm financiamentos em USD, no entanto a moeda funcional dessas empresas é o próprio USD, não gerando efeitos de variação cambial.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresa	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
				Exposição em R\$ (6)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros							
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Fevereiro de 2023	ViaQuatro	370.224	(9.197)	(9.669)	(10.141)
Hedge (opções) de taxa de juros (7)		Fevereiro de 2023	ViaQuatro	-	(9.197)	(9.669)	(10.141)
Efeito líquido							
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	124.026	(16.891)	(18.779)	(20.668)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	(124.026)	16.891	18.779	20.668
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	124.026	(9.410)	(11.771)	(14.137)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Maio de 2013	CCR	418.305	(11.195)	(13.925)	(16.629)
Efeito líquido							
Financiamento DVB Bank	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curacao	18.014	(595)	(618)	(642)
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curacao	(8.763)	289	300	313
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curacao	(5.843)	193	201	208
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curacao	(3.408)	113	117	121
Efeito líquido							
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	AutoBan	30.371	(4.953)	(5.414)	(5.874)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2011	AutoBan	53.311	(13.459)	(14.512)	(15.586)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	AutoBan	137.500	(12.461)	(14.092)	(16.192)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	AutoBan	978.711	(74.136)	(92.741)	(111.374)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	ViaOeste	110.083	(8.458)	(10.582)	(12.709)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	ViaOeste	754.790	(56.793)	(71.042)	(85.311)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	Renovias	37.838	(3.393)	(4.061)	(4.729)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	RodoAnel Oeste	505.612	(36.453)	(45.603)	(54.766)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	RodoAnel Oeste	556.275	(40.792)	(51.038)	(61.302)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	RodoAnel Oeste	758.635	(56.151)	(70.261)	(84.398)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	173.021	(13.918)	(17.420)	(20.931)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	NovaDutra	434.029	(33.597)	(42.036)	(50.492)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	NovaDutra	351.675	(25.778)	(32.239)	(38.705)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	SPVias	829.553	(10.299)	(12.788)	(15.246)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	SPVias	415.381	(31.554)	(39.474)	(47.406)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Maio de 2013	AutoBan	50.436	(1.272)	(1.582)	(1.888)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2013	Samm	35.408	(806)	(1.003)	(1.197)
CCB	Aumento do CDI	Dezembro de 2013	Controlar	6.229	(432)	(518)	(605)
CCB	Aumento do CDI	Novembro de 2013	Ponte	10.090	(714)	(893)	(1.072)
CCB	Aumento do CDI	Abril de 2013	Barcas	118.354	(2.013)	(2.456)	(2.894)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	RodoNorte	80.675	(5.647)	(6.163)	(7.389)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	ViaLagos	77.701	(3.332)	(4.152)	(4.968)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	ViaQuatro	27.853	(145)	(180)	(215)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	ViaQuatro	27.640	(776)	(965)	(1.152)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2014	ViaQuatro	24.739	(1.250)	(1.560)	(1.868)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	ViaQuatro	27.299	(1.321)	(1.648)	(1.972)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(469.706)	(679.788)	(691.118)	

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	6,90%	8,63%	10,35%
IGP-M (3)	7,82%	9,77%	11,73%
IPC-A (4)	5,64%	7,05%	8,46%
LIBOR 6 meses (5)	0,5083%	0,6353%	0,7624%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do período:

- Nos itens (02) a (07) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
(2) Taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP;
(3) Ajuste de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas;
(4) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo BACEN;
(5) Taxas Libor de 6 meses, divulgadas pela BBA (British Banks' Association) em 31/12/2012;
(6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
(7) Existem contratos de opção (cap) para proteger o aumento da Libor de 6 meses, cujo preço de exercício é 4,5%. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do preço de exercício.

As empresas Quiport e Aeris têm empréstimos em taxas fixas e em USD, moeda funcional dessas empresas. Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TULP (Financiamentos do BNDES e Finafines), em virtude de se considerar que a TULP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

30. Cobertura de seguros

O Grupo CCR adota política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia e de suas investidas, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil - de R\$ 15.000 a R\$ 86.000;
- Riscos de engenharia - conservação e manutenção - de R\$ 6.250 a R\$ 43.347;
- Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - de R\$ 805 a R\$ 123.719;
- Riscos patrimoniais / operacionais - de R\$ 3.000 a R\$ 500.000;

Conselho de Administração

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA Presidente do Conselho	EDUARDO BORGES DE ANDRADE Vice-Presidente do Conselho	EMERSON DE ALMEIDA Conselheiro independente	FRANCISCO CAPRINO NETO Conselheiro	HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES Conselheiro
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN Conselheiro independente	MARCELO PIRES OLIVEIRA DIAS Conselheiro	PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES Conselheiro	RICARDO COUTINHO DE SENA Conselheiro	ROBERTO CARLOS DEUTSCH Conselheiro

Diretoria

RENATO ALVES VALE Diretor Presidente	ITALO ROPPA Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios	JOSÉ BRAZ CIOFFI Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios
RICARDO ANTÔNIO MELLO GASTANHEIRA Diretor Vice-Presidente de relações institucionais	ANTONIO LINHARES DA CUNHA Diretor	ARTHUR PIOTTO FILHO Diretor e Diretor de relações com investidores
LEONARDO COUTO VIANNA Diretor	MARCUS RODRIGO DE SENNA Diretor	PAULO YUKIO FUKUZAKI Diretor
		HÉLIO AURÉLIO DA SILVA CRC 1SP 129.452/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CCR S.A.
São Paulo - SP

Introdução
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da CCR S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia

desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais, no caso da CCR S.A. diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliados ao custo ou valor justo, e à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Demonsstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas

IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras